

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.646 - SC (2019/0092915-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : E M P
ADVOGADO : JEAN FRANCIESCO CARDOSO GUIRALDELLI - SC034557
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **E M P** contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 c.c o 40, todos da Lei n. 11.343/2006.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *mandamus*, alega o recorrente ausência de indícios de autoria e de materialidade necessários para a decreto preventivo. Destaca que nada de ilícito foi encontrado na busca e apreensão realizada no endereço no qual supostamente estaria armazenando drogas.

Sustenta a ausência de elementos concretos para a custódia cautelar, a qual está apoiada em presunções fictícias e na gravidade abstrata do delito.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão ou a substituição por medidas cautelares do art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

Constata-se que o presente recurso em *habeas corpus* constitui mera reiteração do pedido formulado e já julgado por esta Corte Superior nos autos do HC n. 498.802/SC, isso porque há identidade de partes e da causa de pedir, impugnando os dois feitos o mesmo acórdão (HC n. 4002656-52.2019.8.24.0000), o que constitui óbice ao seu conhecimento.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. REITERAÇÃO DE ANTERIOR *MANDAMUS* IMPETRADO. RECURSO EM *HABEAS CORPUS* QUE NÃO DEVE SER CONHECIDO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Veiculando o presente feito as mesmas partes, causa de pedir e pedido esposado em outro *habeas corpus* anteriormente impetrado e já decidido, então não deve ser conhecido, por ser reiteração de pedido anterior, o que o torna inadmissível, nos termos do art. 34, XVIII, do Regimento Interno desta Corte.

2. Agravo Regimental improvido."

(AgRg no RHC 76.771/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 1º/12/2016, DJe 13/12/2016)

Ante o exposto, **não conheço** do presente recurso em *habeas corpus*.
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

